

## **ÁREA TEMÁTICA: ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **PERCEPÇÃO DO PLÁGIO ACADÊMICO ENTRE ALUNOS DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE**

#### **AUTORES**

**GILSON JOBER FACHINI**

Universidade Regional de Blumenau - FURB

gilson.fachini@terra.com.br

**MARIA JOSÉ CARVALHO DE SOUZA DOMINGUES**

Universidade REgional de Blumenau/FURB

mariadomingues@furb.br

#### **RESUMO**

O plágio é uma prática que existe há muito tempo e com a popularização da internet tem merecido destaque e preocupação no meio acadêmico. Com a publicação em larga escala e a crescente importância econômica desta atividade, o plágio a muito deixou de ser uma ofensa moral e passou a ter tratamento jurídico. Por isto, espera-se que os alunos de pós-graduação, nos seus diferentes níveis, conheçam as normas de citação e saibam resguardar os direitos autorais. Diante desta situação, o artigo objetiva identificar a percepção do plágio acadêmico entre os alunos dos programas de pós-graduação em Administração e Ciências Contábeis em uma universidade do sul do Brasil. A metodologia adotada constitui-se de uma pesquisa descritiva, com levantamento de dados através de questionário estruturado e abordagem quantitativa. Como principais resultados, verificou-se que os alunos reconhecem o plágio como crime, embora não saibam utilizar corretamente os recursos de citação direta e indireta. Ainda verificou-se que conceitos mais específicos como domínio público são desconhecidos para a maioria dos respondentes. Percebeu-se, também, que o conhecimento da matéria é basicamente intuitivo, não apresentando qualquer relação com possíveis orientações recebidas em sala de aula. Desta forma, recomenda-se que a disciplina de metodologia da pesquisa apresente e discuta o plágio e a lei dos direitos autorais.

**Palavras-chave:** Plágio. Pesquisa acadêmica. Direitos autorais.

### **PERCEPTION OF ACADEMIC PLAGIARISM BETWEEN STUDENTS OF POST-GRADUATE PROGRAMS IN ADMINISTRATION AND ACCOUNTING**

#### **ABSTRACT**

Plagiarism is a practice that has been done for a long time and that after the Internet popularization has been highlighted and has been caused a lot of concern and worries to the

academic area. With the large scale publication and the important economic growing of this activity, there is a long time that plagiarism has stopped to be treated only like moral offence and is getting a legal treatment. Because of this, there is an expectation that the post graduate students, in their different levels, are able to identify the quotation rules, and also are able to protect the copyrights. Given this situation the paper aims to identify the perception of the academic plagiarism among the student of Administration and Accounting Sciences post-graduate programs at the University at the South of Brazil. The methodology that had been applied is a descriptive research, with data applied through a structured questionnaire and quantitative approach. The main results indicated that the students recognize the plagiarism as a crime, although they not know properly how to use the direct and indirect quote resource. Also it was found that more specifics concepts like public domain are unknown by most of the respondents. It was also noticed that the knowledge of the matter is basically intuitive, and there is no relation with possible guidelines received in the classroom. Therefore, it is recommended that the methodology of the research discipline presents and discusses the plagiarism and the copyright rules.

**Key-words:** Plágio. Academic research. Copyright.

## 1 INTRODUÇÃO

Em algum momento da vida acadêmica nos deparamos com a necessidade de escrever os primeiros trabalhos. Não é incomum encontrar alunos que somente tiveram que buscar conhecimentos acerca das normas técnicas que norteiam a elaboração de trabalhos científicos, quando da elaboração dos trabalhos de conclusão de curso. Este desconhecimento tem proporcionado o crescimento de uma geração de estudantes que praticam o plágio de forma sistemática e usual. Pesquisa recente aplicada aos alunos do curso de Engenharia de Produção de uma instituição da cidade do Rio de Janeiro realizada por Barbastefano e Souza (2007), revelou desconhecimento por parte dos alunos dos conceitos legais que envolvem a matéria.

O plágio acontece em todo o mundo desde que se inventou a escrita. Existem registros de plágio datados do início da história do Brasil. Porém, enquanto não havia publicação e comercialização em larga escala de livros, o prejuízo causado ao autor era moral. A partir do momento em que esta condição mudou, o prejuízo passou a ser também financeiro e então o assunto passou a ser tratado com maior interesse, tanto pelos escritores quanto pelos juristas. (GOMES, 1985)

Entende-se por plágio a utilização de obra, ou parte dela, de outrem assumindo-se como sua a autoria. Neste ponto é que se entende haver um desconhecimento da matéria. O plágio literal, cópia fiel, é de fácil identificação e entendimento. Mas não somente isto é considerado plágio. A utilização da idéia sem a correta identificação do autor também é plágio, e esta percepção também será verificada na pesquisa. (GARSCHAGEN, 2006)

Uma das principais atividades dos discentes de programas de pós-graduação, principalmente dos cursos stricto sensu, é a produção científica, entendida como a produção de artigos para eventos e periódicos. Como nestes cursos se oferece a disciplina de metodologia da pesquisa tem-se uma expectativa que os alunos tenham uma percepção mais apurado do que implica a produção científica, como os direitos autorais e conhecimento das normas técnicas. Partindo-se desta expectativa realizou-se uma pesquisa em dois programas de pós-graduação stricto sensu de uma universidade do sul do Brasil a fim de conhecer qual a

percepção do plágio acadêmico dos mestrandos e mestres dos programas de pós-graduação desta instituição? Partindo desta problemática, o artigo objetiva também identificar o que os alunos entendem como direito autoral, domínio público e paráfrase..

O artigo está estruturado tendo o primeiro item tratado desta introdução, o segundo item apresentando uma fundamentação teórica que se inicia com os conceitos de plágio, uma explicação dos conceitos de paráfrase, o entendimento da lei sobre direitos autorais, e o conceito de domínio público. O terceiro tópico trata da metodologia da pesquisa, onde está explicitada a abordagem metodológica utilizada, bem como a estrutura do instrumento de pesquisa. No quarto tópico encontra-se a análise dos dados pesquisados, passando por todas as perguntas efetuadas aos entrevistados as respostas encontradas. O quinto tópico compreende a conclusão do trabalho e a resposta do questionamento que deu origem a esta pesquisa, e por último as referências que fundamentaram o trabalho.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

É crescente a preocupação no meio acadêmico com a utilização indevida de conteúdo de outrem sem a devida citação e referência do verdadeiro autor. Esta preocupação tem crescido, mas não é recente. A utilização de obras ou partes de obras sem a devida citação ou autorização do verdadeiro autor é um problema jurídico e, como tal, tem sido objeto de estudo do Direito Autoral. O ato de utilizar-se de obra de outrem assumindo como sua a autoria é conhecido como plágio.

### 2.1 DIREITOS AUTORAIS

A lei de direitos autorais vigente no Brasil, explicita em seu artigo 1º que o entendimento da lei sobre direitos autorais diz respeito ao direito do autor e os que lhe são conexos. No texto da lei, em momento algum se encontra a palavra plágio, sendo conceituada a reprodução sem o consentimento do autor como contrafação.

De acordo com Gandelman (2004, p.15) “[...] o objeto do direito autoral é proteger as obras intelectuais por sua originalidade, no que se refere à sua forma externa, ao seu *corpus mechanicum*, bem como por sua criatividade, relacionada à sua forma interna, ao seu *corpus mysticum*”. Nesta linha, é senso comum no campo do Direito que para que uma obra tenha atribuída uma autoria, é necessário que esta seja inteiramente original. Segundo o mesmo autor “para ser considerada original, uma criação intelectual não precisa necessariamente ser uma novidade, já que seu autor pode utilizar temas antigos e conteúdos de caráter genérico, que podem mesmo ter sido anteriormente explorados por outros autores”. Concordando com este entendimento, ressalta-se que a originalidade será constatada a partir da diferenciação desta obra perante as outras que apresentam conteúdos idênticos.

Barbastefano e Souza (2007, p.2) aduzem que “os direitos autorais inserem-se no campo da chamada propriedade intelectual e visam garantir os direitos morais e patrimoniais do autor em relação à obra que criou.” Entende-se que esta área do direito e a lei que regulamenta este campo, visam garantir que somente o autor usufrua dos resultados, sejam eles econômicos ou morais, oriundos da obra criada, seja ela artística, literária ou científica.

De acordo com Garzon (2006, p. 36), “no âmbito dos direitos autorais são duas as relações (atributos) entre o autor e sua obra, sendo uma de cunho pessoal (direito moral de

autor) e outra de cunho econômico (direito patrimonial de autor).” A autora explica que o aspecto moral é a expressão do espírito criador da pessoa, como fruto da personalidade do homem na condição de autor de obra intelectual. Já o patrimonial se consubstancia na participação do autor nos proventos materiais que da sua obra possam advir (GARZON, 2006).

Abrão (2002, p.35/38) apresentou os seguintes princípios e fundamentos dos Direitos Autorais:

- Privilégio erga omnes – na realidade o autor é detentor de um privilégio legal e não propriamente de um monopólio que lhe permite afastar toda e qualquer utilização não autorizada. O autor tem o direito oponível contra todos que eventualmente violem seu direito.
- Temporalidade e transmissão – a propriedade conferida pelos direitos autorais é limitada no tempo; o fundamento da temporalidade é exatamente a devolução da obra para a sociedade, a fim de que possa ser repartida e aproveitada por todos como mola propulsora da cultura. Os direitos autorais são, como os demais direitos de propriedade, passíveis de transmissão – por ato entre vivos ou através da sucessão hereditária.
- Autorização prévia – cabe ao autor, originalmente, autorizar previamente toda e qualquer utilização de sua obra, sendo este o seu principal meio de controle do uso e da difusão.
- Interpretação restritiva – todos os negócios jurídicos em matéria autoral devem ser interpretados restritivamente, tanto em relação à modalidade quanto ao meio de difusão e a territorialidade. Assim, não há possibilidade de se ampliarem tacitamente os negócios jurídicos relativos a direitos autorais.
- Proteção automática – os direitos autorais nascem com o próprio ato de criação, desde que exteriorizada por qualquer modo ou meio. Essa exteriorização se dá pela fixação do conteúdo imaterial (corpo místico) em uma base corpórea, seja tangível ou intangível, mas perceptível aos sentidos de qualquer pessoa (corpo mecânico).
- Perpetuidade do vínculo autor-obra – a obra jamais deixará de estar vinculada a seu autor, desde que este seja conhecido, independentemente do decurso do tempo.
- Bens móveis – por determinação legislativa, os direitos autorais são considerados bens móveis, os quais, contudo, não são adquiridos pela tradição do corpo mecânico. Tal classificação tem particular reflexo na tributação dos suportes das obras intelectuais.
- Individualidade da proteção – é o princípio que garante a todas as pessoas a possibilidade de se tornarem criadoras de obras artísticas, exercendo livremente seu olhar crítico ou artístico sobre algo novo ou já existente, tornando-se também criadoras de obras intelectuais protegidas.
- Independência nas utilizações – a autorização concedida pelo autor para a exploração da obra em uma determinada mídia não presume a permissão para exploração em outros meios. Assim, por exemplo, a autorização de publicação de um livro em papel não se estende a outro formato, como uma mídia digital.
- Intransmissibilidade ao detentor do direito de cópia – o adquirente de um exemplar de obra intelectual (corpo mecânico) não recebe em transferência qualquer outro direito sobre a obra adquirida. O consumidor, portanto, tem apenas direitos sobre o objeto adquirido para o seu uso pessoal, não estando habilitado a reproduzi-lo ou difundi-lo, prerrogativas que permanecem nas mãos dos autores.
- Responsabilidade solidária – quem editar, vender, expuser à venda, adquirir, distribuir, estocar, transmitir ou de qualquer modo concorrer para a divulgação de uma obra literária, artística ou científica, sem prévia e expressa autorização de seu autor ou titular será solidariamente responsável pelo ilícito praticado.

- Reciprocidade internacional – todos os países, ao aderirem à Convenção de Berna, garantem aos autores estrangeiros, residentes ou não, os mesmos direitos concedidos aos seus nacionais.

## 2.2 PLÁGIO

Segundo o *US Committee on Science, Engineering, and Public Policy* citado por Eysenbach (2000), a conceituação de plágio é "*using the ideas or words of another person without giving appropriate credit.*" ou seja, o uso de idéias ou palavras de outra pessoa sem dar-lhe o crédito apropriado.

De acordo com Gomes (1985, p.118) “velho como a literatura, o plágio só começou verdadeiramente a incomodar quando, à idéia de uma usurpação literária, associou-se o fato material de um prejuízo econômico”. Antes da exploração comercial das publicações literárias, o fato de ser copiado por outros autores era fato de orgulho ao autor copiado, sendo o ato entendido como homenagem ao seu talento e criatividade. Porém, com a comercialização em larga escala das obras, os autores passaram a se sentirem lesados pelo ganho econômico daqueles que lhes usurparam o patrimônio (GOMES, 1985).

No conceito de Shaw (apud Gomes 1985, p.122), “o plágio verifica-se quando alguém copia ou imita servilmente a linguagem e as idéias de outrem e as apresenta como suas. O plágio, palavra derivada de um termo latino que significa rapto, pode ir desde a mera paráfrase grosseira à cópia descarada”.

Manso (1989, p. 41 apud Gandelman, 2004, p.114) explica que “haverá plágio quando alguém faz publicar como sua a obra de outrem, ainda que a modifique formamente, para disfarçar o servilismo da cópia”. O autor ainda assevera que “o plágio se apura muito mais em função das semelhanças do que das diferenças, de modo que o próprio disfarce termina sendo a melhor demonstração do dolo, no plágio. O disfarce deixa à vista, claramente, a intenção de fraudar”.

A simples reprodução do texto integral ou de parte de uma propriedade intelectual e ou artística tem a denominação de plágio. A origem da palavra plágio vem do grego plágios, que significa oblíquo, tortuoso e astucioso, assinar ou apresentar como seu (obra de outrem), imitar (trabalho alheio) (HARTMANN, 2006).

Corroborando com os conceitos apresentados acima, o efeito que o plágio ocasiona é o cerceamento do exercício pleno da autoria, usurpando o direito do reconhecimento público da autoria do trabalho (CHRISTOFE, 1996).

Conforme preconiza Christofe (1996), o plágio ocorre na produção científica pela omissão das citações. É uma forma do velho se disfarçar como novo. Segundo Orlandi (1993, p.149) “tudo isso nos mostra que, afinal, a citação, no discurso científico, não é apenas uma questão moral, mas funcional, ou seja, ela faz parte do mecanismo estruturante do modo de produzir ciência. Não é um fenômeno marginal, mas substantivo”.

No meio acadêmico, mais especificamente nas publicações científicas oriundas dos programas de pós-graduação, o plágio normalmente não gera lucro, já que o autor dos trabalhos, mesmo que publicados em periódicos ou anais, nada recebe pelo seu trabalho. Porém, o plágio rouba do escritor o que muitas vezes é o fruto de um trabalho para se tornar escritor.

Mesmo que na produção acadêmica é inevitável a intertextualidade verificada entre textos produzidos, o plágio pode ser entendido como um tipo de intertextualidade implícita de

caráter doloso, que busca acintosamente a dissimulação da autoria. Neste sentido, não se caracteriza como paráfrase, já que nada de novo é produzido, apenas repete-se o já dito (CHRISTOFE, 1996).

Na opinião de Christofe (1996, p. 123) “para que haja plágio é preciso que haja intertextualidade de forma e de conteúdo, é preciso que os sentidos sejam semelhantes. No plágio, a intertextualidade é sempre implícita e ocorre sobre textos alheios.” A autora ainda comenta que esta intertextualidade implícita encontrada no plágio é sempre voltada para o mascaramento do texto original.

Independente da forma que se apresenta, o plágio é uma prática ilegal que fere os direitos autorais de quem efetivamente é o criador da obra.

### 2.3 PARÁFRASE

As paráfrases, ou citações livres, são usadas para substituir as citações literais. O autor usa suas palavras, embasadas nas idéias de um autor-fonte. Nestes casos, o autor do trabalho passa a ser um usuário da informação original, não sendo ele o criador daquela informação. As citações não literais dispensam qualquer destaque no texto como aspas, itálico ou negrito. Entretanto, deverá exibir a respectiva referência bibliográfica.

Quando não se apresenta a respectiva referência, configura-se a paráfrase como um caso de plágio. Conforme preconiza Christofe (1996, p.72), “nos casos de plágio, as alterações feitas sobre o texto são mínimas, elementares. Normalmente ocorrem pela substituição de algumas construções gramaticais, pela inversão da ordem das orações e pelo uso de alguns poucos sinônimos”.

Conceitualmente a paráfrase é a reprodução da idéia ou o pensamento do autor da obra, transcritos com as palavras do autor do trabalho. Mesmo sendo transcritos com as palavras do autor usuário da informação, deve-se referenciar o autor da obra que originou a idéia. Este entendimento existe por não se ter criado um novo conceito ou conhecimento, simplesmente se escreveu de maneira diferente o pensamento do autor original, mesmo que a este conceito original se acrescente comentários ou observações.

### 2.4 DOMÍNIO PÚBLICO

Pode-se entender domínio público como o conjunto de obras, científicas, literárias, ou quaisquer outras criações, cujos direitos econômicos não são exclusividade de nenhum indivíduo em particular. Entretanto, há que se ressaltar que os direitos morais continuam a pertencer ao autor da obra, sendo igualmente necessário citar a autoria.

De acordo com Gandelman (2004, p.63), “uma obra intelectual passa a pertencer ao domínio público quando: a) decorreu o prazo legal de sua proteção; b) seus autores falecem sem deixar sucessores; c) o autor for desconhecido, ressalvada, contudo, a proteção legal aos conhecimentos étnicos e tradicionais”.

A Lei de Direitos Autorais, Lei 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, em seu artigo 41, dispõe que os direitos do autor perduram por setenta anos contados a partir de 1º de janeiro do ano posterior ao do seu falecimento. Após este período, a obra será considerada de domínio público.

Em direito autoral, a expressão domínio público refere-se às obras que se constituem em uma espécie de *res communis omnium* (coisa comum de todos), de modo que podem ser utilizadas livremente por quem quer que seja, com ou sem intuito de lucro (DIAS, 2004 apud GARZON, 2006).

## 2.5 FATORES QUE LEVAM AO PLÁGIO

Segundo Lécio Ramos, professor da Universidade Estácio de Sá, citado por Garschagen (2006), existem quatro aspectos para o crescimento do plágio intelectual. O primeiro aspecto é “a deformação na formação educacional e intelectual de alunos, professores e demais profissionais da área”. O segundo aspecto diz respeito a “diluição ética do que é e do que não é lícito fazer”. O autor ainda como fator de crescimento do plágio “a facilidade trazida pela internet, que coloca à disposição, em escala geométrica, muitos textos para quem quiser copiar”. Por último, assevera que “a falta de tempo e pressão para produzir trabalhos”.

## 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto aos objetivos, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva. Conforme Cervo e Bervian (2002, p. 66) “a pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los.” Com relação aos procedimentos, é tipificada como uma pesquisa de levantamento ou survey, que segundo Beuren (2006, p.85) “os dados podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo que se deseja conhecer”.

A população considerada na pesquisa é constituída pelos alunos das turmas dos anos de 2006 a 2008 dos programas de pós-graduação em administração e contabilidade de uma universidade do sul do Brasil. Esta população totaliza 85 (oitenta e cinco) alunos. Obteve-se, no entanto, 58 questionários respondidos o que representa 68,24% de retorno.

O questionário utilizado foi adaptado de Barbastefano e Souza (2007) e estruturado em duas partes, sendo a primeira com oito perguntas destinadas a identificar o perfil profissiográfico do respondente. No que tange à estas informações, perguntou-se o gênero do respondente, sua faixa etária e se já concluiu o mestrado ou está em curso. Uma vez em curso, perguntou-se se já cursou a disciplina Metodologia da Pesquisa. Esta pergunta tem o objetivo de verificar se há diferença de percepção dos respondentes que já cursaram a disciplina e dos que ainda não a cursaram. Finalizando esta parte da pesquisa, perguntou-se quanto tempo o respondente atua como professor, e se tendo atuado como professor, se orienta trabalhos de conclusão de curso.

Já a segunda parte foi destinada ao entendimento da percepção dos respondentes quanto ao plágio acadêmico, onde foram formuladas 9 (nove) perguntas, sendo parte das perguntas abertas e parte fechadas, de múltipla escolha.

Os dados foram analisados quantitativamente por meio da estatística exploratória.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS

As primeiras perguntas do questionário tinham como objetivo identificar o perfil dos respondentes.

Tabela 1 – Programa de Origem dos Respondentes

Programa	Programa de Pós-Graduação em Administração	Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis
Respondentes	41	17

Fonte: dados da pesquisa

Conforme a Tabela 1, verifica-se que dos alunos respondentes, 70,69% cursaram ou estão cursando o Programa de Pós-Graduação em Administração já 29,31% são oriundos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

Tabela 2 – Gênero dos Respondentes

Gênero	Feminino	Masculino
Respondentes	27	31

Fonte: dados da pesquisa

Quanto ao gênero, 46,55% dos respondentes são do sexo feminino, enquanto 53,34% são do sexo masculino, como mostra a Tabela 2..

Tabela 3 – Faixa Etária dos Respondentes

Faixa Etária	% de Respondentes
Até 20 anos	1,72%
De 20 a 25 anos	6,90%
De 25 a 30 anos	36,21%
De 30 a 35 anos	20,69%
De 35 a 40 anos	17,24%
Acima de 40 anos	15,52%

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 3 mostra que dos respondentes, 82,76% não concluíram seus cursos, enquanto 17,24% já os concluíram. Dos alunos que não concluíram seus cursos, 22,41% não cursaram a disciplina Metodologia da Pesquisa.

Tabela 4 – Tempo de Atuação como Docente

Tempo de Atuação	% de Respondentes
Não Atua	39,66%
De 2 a 5 anos	22,41%
Até dois anos	20,69%
De 5 a 10 anos	13,79%
Acima de 10 anos	1,72%
Não Respondeu	1,72%

Fonte: dados da pesquisa

Com relação à orientação de trabalhos de conclusão de curso (TCC), 29,31% dos respondentes afirmaram que orientam trabalhos nas Instituições de Ensino em que atuam, Tabela 4..

A segunda parte do questionário diz respeito a questões ligadas ao entendimento de plágio e a utilização de fontes de pesquisa.

Tabela 5 – Entendimento de plágio de acordo com a legislação brasileira.

<b>Plágio é</b>	<b>% de Respondentes</b>
Crime	89,66%
Não respondeu	6,90%
Contravenção	3,45%
Ofensa Moral	0,00%

Fonte: dados da pesquisa

Foi perguntado aos respondentes qual o entendimento quanto ao plágio de acordo com a legislação brasileira. Na pesquisa realizada por Barbastefano e Souza (2007) aplicada à alunos de um curso de engenharia de produção na cidade do Rio de Janeiro, 48% dos respondentes afirmaram que plágio é um crime, contra 89,66% desta pesquisa. Neste item, conforme a Tabela 5, considera-se que os respondentes demonstraram conhecer o tratamento do plágio na legislação brasileira.

Salienta-se que apenas dois respondentes afirmaram que plágio é considerado contravenção pela legislação brasileira, sendo que um dos respondentes também afirmou orientar trabalhos de conclusão de curso (TCC).

Perguntou-se, apresentando o conceito de paráfrase como o ato de transcrever, com novas palavras, as idéias centrais de um texto, conservando-se a idéias original e acrescentando comentário, idéias e impressões, qual o tamanho máximo de uma paráfrase?

Tabela 6 – Qual o tamanho máximo de uma paráfrase.

<b>Tamanho máximo</b>	<b>% de Respondentes</b>
Um parágrafo	48,28%
Cada caso é um caso	37,93%
Não respondeu	10,34%
Uma linha	3,45%
Dois Parágrafos	0,00%

Fonte: dados da pesquisa

Apenas 37,93% dos respondentes assinalaram a resposta correta, que no caso de paráfrase, cada caso é um caso. Na pesquisa de Barbastefano e Souza (2007), os alunos do curso de graduação então pesquisados obtiveram um percentual de acerto de 71%, bastante superior a esta pesquisa.

Havia uma expectativa por parte do autor de que os respondentes que assinalaram respostas diferentes da alternativa correta não houvessem cursado a disciplina Metodologia da Pesquisa. Esta expectativa não se confirmou, já que dos alunos que assinalaram as alternativas incorretas, apenas 22,22% não cursaram a disciplina.

Na pergunta seguinte, perguntou-se, de acordo com a legislação brasileira, em que situação é permitida a reprodução de uma obra intelectual. Nesta pergunta foram permitidas respostas múltiplas.

Tabela 7 – A reprodução de uma obra intelectual é permitida desde que:

<b>Tamanho máximo</b>	<b>% de Respondentes</b>
Quem de direito autoriza a reprodução	81,03%
O autor seja devidamente referenciado.	68,97%
A obra seja de domínio público.	55,17%
A reprodução possua o objetivo de melhorar ou comentar a obra.	13,79%

A reprodução não possua objetivos financeiros.	8,62%
A reprodução sirva para beneficiar o autor.	8,62%

Fonte: dados da pesquisa

Nesta pergunta apenas as respostas “Quem de direito autoriza a reprodução” e “A obra seja de domínio público” estavam corretas. Corroborando com o resultado encontrado por Barbastefano e Souza (2007), nesta pesquisa a opção “O autor seja devidamente referenciado” também superou uma das alternativas corretas. Para 68,97% dos respondentes, basta a referência ao autor para que seja permitida a reprodução de uma obra.

A pergunta seguinte foi efetuada de forma aberta, perguntando-se o entendimento do respondente quanto ao conceito de plágio.

Quadro 1 – Respostas selecionadas sobre o entendimento de plágio.

O que você entende por plágio?
Fazer uso de obras/idéias como se fossem suas, sem mencionar a autoria.
A cópia de trabalhos sem a menção dos autores.
Apropriação indevida de propriedade intelectual.
Transcrever o texto de outro autor e tomar posse de sua idéia principal.
É a apropriação de idéias, textos, artigos e criação cultural sem a devida referência ao autor destas.
Se usar de algo, que não seja de sua autoria, ou que não sejam idéias suas.
Cópia fiel do trabalho de um autor ou pesquisador sem referenciá-lo, ou seja, tomar a idéia de autor como se fosse de sua própria autoria.
Plágio é se apropriar de idéias (textos, fotografias, música, etc) de outros como se fossem próprias, utilizando-as sem citar a quem realmente ‘pertence’ (sem referenciar).
Plágio é o ato “copiar” partes ou a totalidade da obra de outro autor, não referenciando-o, mas assumindo a autoria do texto.
Plágio é se apropriar de idéias (textos, fotografias, música, etc) de outros como se fossem próprias, utilizando-as sem citar a quem realmente ‘pertence’ (sem referenciar).

Fonte: dados da pesquisa

Das respostas obtidas na pesquisa, apenas 25% se referiam textualmente a apropriação de idéias. As outras respostas se limitavam a mencionar a cópia de textos ou parte de textos. Percebe-se que o entendimento do que é plágio aproximasse bastante do conceito da lei. Novamente há uma semelhança no resultado da pesquisa de Barbastefano e Souza (2007), onde também foi encontrado o conhecimento intuitivo do conceito de plágio.

A segunda pergunta aberta feita aos alunos teve como tema o conceito de domínio público.

Quadro 2 – Respostas selecionadas sobre o entendimento de domínio público.

O que você entende por domínio público?
Que já tenha extrapolado o prazo (acho q 70 anos) em que se faz obrigatória a autorização do autor para que seja feita a reprodução. Que pode ser reproduzido, mas, da mesma forma, citando a autoria.
Tudo aquilo que está liberado para uso, mas que deve ser citado a fonte, em caso de produção intelectual.
Obra ou conhecimento que, de acordo com o entendimento e autorização do autor possa ser utilizada por qualquer pessoa, desde que a autoria do original seja referenciada devidamente.
Materiais disponíveis para pesquisa.
Domínio público é quando a obra pode ser utilizada, citada, sem a necessidade de pagamento de direitos autorais. Todos podem acessar.
Conteúdo de acesso livre a qualquer cidadão, disponibilizado em ambiente virtual ou físico. Mesmo neste caso, o autor e a obra devem ser devidamente citados
Publicações ou obras que são autorizadas a ser usadas de forma geral sem referencias de autor.
Obras que não possuem uma propriedade particular e que possuem conteúdo livre.
Textos, cujos autores, autorizaram sua publicação em espaço público, para ser utilizado pelas pessoas em geral,

porém, as mesmas devem citar os autores quando da utilização de partes do texto em produções.  
 Domínio Público, no meu entendimento, é o conteúdo disponibilizado publicamente que já não possui um titular para a obra. Todos podem utilizar sem depender de autorização dos autores e sem pagamento pelo uso.

Fonte: dados da pesquisa

Com relação ao conceito de domínio público, percebe-se um maior nível de dúvida. Apenas 17,86% dos respondentes afirmaram ser necessário referenciar o autor da obra de domínio público. Curiosamente o respondente que afirmou não haver necessidade de referenciação do autor, afirmou ter recebido orientações sobre plágio na academia.

Na seqüência do questionário foram apresentados parte de um texto extraído do livro Teoria da Contabilidade, de Hendriksen e Van Breda (1999, p.208) e duas paráfrases do texto original. Aos alunos foi indagado se as paráfrases eram válidas.

Quadro 3 – Texto original e paráfrases.

<b>Texto Original</b>
O conceito operacional corrente de lucro concentra-se na mensuração da eficiência da empresa. O termo eficiência diz respeito à utilização eficaz dos recursos da empresa na realização de suas atividades e na geração de lucros.
<b>Paráfrase 1</b>
A mensuração da eficiência da empresa é o alicerce do conceito operacional corrente de lucro. A eficiência mencionada tem relação com a eficaz utilização dos recursos da organização na efetivação de suas operações e na consecução dos lucros.
<b>Paráfrase 2:</b>
O conceito operacional corrente de lucro concentra-se na mensuração da eficiência da empresa. O termo eficiência diz respeito à utilização eficaz dos recursos da empresa na realização de suas atividades e na geração de lucros. Hendriksen e Van Breda (1999).

Fonte: Questionário da Pesquisa

Tabela 8 – Respostas sobre as paráfrases do quadro 3.

	Paráfrase 1	Paráfrase 2
Sim, é válida.	22,41%	13,79%
Não, deve-se usar a citação indireta.	65,52%	5,17%
Não, é necessária citação direta, com o uso de aspas.	0,00%	67,24%
Não respondeu	12,07%	13,79%

Nenhuma das duas paráfrases era válida. Na paráfrase 1 era necessário utilizar a citação indireta, resposta escolhida por 65,52%. Já na paráfrase 2 era necessário utilizar a citação direta, resposta escolhida por 67,24%.

Dos alunos que afirmaram que as paráfrases eram válidas, apenas um respondente não cursou a disciplina Metodologia da Pesquisa e três afirmaram orientar trabalhos de conclusão de curso.

A pergunta seguinte teve como objetivo identificar as fontes de pesquisa utilizadas regularmente pelo respondente. Nesta pergunta foram permitidas múltiplas respostas.

Tabela 9 – Fontes de pesquisa utilizadas regularmente:

Fontes	% de Respondentes
Biblioteca da Instituição	96,55%
Portal de Periódicos da CAPES	86,21%
Anais de Congressos	84,48%
Google Acadêmico	75,86%

Internet, através de sítios de busca.	72,41%
Biblioteca Pessoal	65,52%
SciELO	48,28%
Wikipédia	13,79%
Citeseer	1,72%

Fonte: dados da pesquisa

A Tabela 9 mostra um resultado interessante, ao verificar-se forte utilização da Wikipédia como fonte de pesquisa. A wikipédia não é uma fonte de pesquisa segura e científica, pois trata-se de uma fonte aberta a inclusões e alterações sem qualquer revisão.

Com relação às fontes de imagens utilizadas nas pesquisas, verifica-se pela Tabela 10 apesar de que na área de administração e contabilidade pouco se utiliza de imagens nos trabalhos acadêmicos, 29,31% dos respondentes afirmaram que utilizam imagens de sites abertos simplesmente porque as imagens estão disponíveis.

Tabela 10 – Fontes de imagens utilizadas regularmente:

Fontes	% de Respondentes
Desde que o site permita.	41,38%
Desde que o site não possua restrição de acesso.	32,76%
Sites abertos possuem imagens abertas, uso as imagens sem problema.	29,31%
Você tenta reproduzir as imagens com seus recursos.	20,69%
Após solicitar autorização de uso.	15,52%

Fonte: dados da pesquisa

Quando questionados os alunos já haviam recebido de algum professor orientação sobre plágio a Tabela 11 mostra que não houve muita diferença entre quem havia recebido e quem não havia recebido orientação sobre plágio de algum professor.

Tabela 11 – Alunos que obtiveram orientação de algum professor sobre plágio

	% de Respondentes
Sim	48,28%
Não	48,28%
Não Respondeu	3,45%

Fonte: dados da pesquisa

Dos alunos que afirmaram que receberam orientação sobre plágio, 53,57% responderam de maneira incorreta a questão que perguntava sobre o tamanho de uma paráfrase, bem como 35,71% também responderam de forma incorreta a questão relativa às paráfrases do texto extraído do livro Teoria da Contabilidade, de Hendriksen e Van Breda (1999, p.208).

## 5 CONCLUSÕES

O plágio existe desde que a escrita foi inventada, mas passou a ser foco de atenção a partir do momento em que a publicação em massa cresceu em grandes proporções. No mundo acadêmico, quando do início de um programa de pós-graduação, o conhecimento que se tem sobre produção científica e plágio tende a ser muito pequeno, possivelmente explicado pela pequena exigência de produção científica na graduação.

Buscando verificar o nível de conhecimento, este estudo pesquisou a percepção de plágio acadêmico dos mestrandos e mestres dos programas de pós-graduação em Administração e Ciências Contábeis de uma Universidade no sul do Brasil.

Havia a expectativa de que o conhecimento demonstrado pelos alunos que já cursaram a disciplina Metodologia da Pesquisa e dos que ainda não haviam cursado fosse diferente. Esta expectativa não se confirmou, visto que em momento algum foi possível verificar qualquer correlação entre alunos que responderam incorretamente e alunos que não cursaram a disciplina.

Os resultados indicam que os alunos em sua maioria reconhecem o plágio como prática criminosa. Nesta pesquisa ficou demonstrada maior utilização de fontes de pesquisa com revisão, que de certa forma era esperado em função da população fazer parte de cursos de pós-graduação *stricto-sensu*.

Demonstrou-se também que o fato do respondente ser também orientador em trabalhos de conclusão de curso (TCC) em cursos de graduação, não significou maior conhecimento sobre a matéria, tendo inclusive orientador que afirmou que plágio é uma contravenção.

O alto índice de erros na questão que tratava das paráfrases do livro apresentado também causou surpresa. Ficou demonstrado que o desconhecimento do que é uma paráfrase e de que a mudança de palavras ou ordem das palavras não desconfigura o plágio. Pelo resultado apresentado, aproximadamente 20% dos respondentes não consideram plágio a utilização da idéia de um autor desde que escrita com palavras próprias.

A conclusão que se chega é que, na maioria dos casos, o conhecimento sobre a matéria, incluindo plágio, domínio público e paráfrase, é bastante intuitivo. Apesar de metade dos respondentes ter afirmado que receberam algum tipo de instrução sobre a matéria vinda de um professor, este fato não demonstrou diferença nas respostas destes alunos.

Percebe-se que o assunto é pouco discutido nas salas de aula, desde a graduação até a pós-graduação, e que talvez devesse ganhar algum espaço na disciplina de Metodologia da Pesquisa.

A pesquisa realizada revela que o assunto do plágio e dos direitos autorais ainda não é questão discutida e resolvida em sala de aula, principalmente nas disciplinas específicas. Como sugestão, seria interessante aplicar a mesma pesquisa em programas de pós-graduação em outras instituições, a fim de comparar os resultados e gerar alguma discussão sobre a abordagem do tema nos cursos de mestrado.

## REFERÊNCIAS

ABRAÃO, Eliane Y. **Direito de Autor e Conexos**. 1ed. São Paulo: Brasil, 2002.

BARBASTEFANO, Rafael Garcia; SOUZA, Cristina Gomes de. Percepção do conceito de plágio acadêmico entre alunos de engenharia de produção e ações para sua redução. *Revista Produção On Line*, Florianópolis, Edição Especial, Dezembro 2007.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Lei dos Direitos Autorais, Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e da outras providências. Brasília-DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)>. Acesso em: 01 maio 2008.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHRISTOFE, Lílian. *Intertextualidade e Plágio: questões da linguagem e autoria*. 1996. 192 f. Tese (Doutorado em Lingüística), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

EYSENBACH, Gunther. **Report of a case of cyberplagiarism - and reflections on detecting and preventing academic misconduct using the Internet**. Journal of Medical Internet Research. N. 1, volume 2, março 2000. Disponível em <http://www.jmir.org/2000/1/e4>. Acesso em 27/06/2008.

GANDELMAN, Henrique. **O que você precisa saber sobre direito autorais**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2004.

GARZON, Ana Rosa Lemos da Cunha. *Direitos Autorais: busca do equilíbrio*. 2006. 114 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais), Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

GOMES, João Carlos Teixeira. **Gregório de matos, o boca de brasa** (Um Estudo de Plágio e Criação Intertextual). Petrópolis: Vozes, 1985.

GARSCHAGEN, B. **Universidade em tempos de plágio**. 2006. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=366ASP006>>. Acesso em 27/06/2008.

HARTMANN, E. Variações sobre Plágio. **Confraria arte e literatura**. N. 8, mai/jun 2006. Disponível em <http://www.confrariadovento.com/revista/numero8/ensaio03.htm>>. Acesso em 29/04/2008.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **As forma do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.